

A CONTRIBUIÇÃO DAS
COMISSÕES ESTADUAIS DO
PROGRAMA NACIONAL
DE ALFABETIZAÇÃO
E CIDADANIA

(Subsídios para uma avaliação)

CEDEP EDUCAÇÃO POPULAR E
ESQ. POPULAR
documentação
N.º CVL 01/03
Data 16, 03, 93

03.03.01.01.d.022
Luce/con

**A CONTRIBUIÇÃO DAS COMISSÕES ESTADUAIS DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA**

(subsídios para uma avaliação)

Elaborado em janeiro de 1992 por:

**Maria Beatriz Moreira Luce
Osmar Fávero
Sérgio Haddad**

Organização dos dados:

Luciana Facchini

Débora de Mello Panazzolo

Editoração

Aldo Luiz Jung

Roberto A. Wild

José Pereira Brito Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 - ANTECEDENTES	4
2 - AS COMISSÕES ESTADUAIS	6
2.1- Quanto à participação no PNAC	7
2.2- Quanto à organização das Comissões Estaduais	9
2.3- Quanto à documentação produzida	11
3 - AS PROPOSTAS DAS COMISSÕES ESTADUAIS	14
3.1- As prioridades da alfabetização	14
3.2- As condições para a alfabetização	16
3.2.1- Para melhorar a qualidade do ensino e da gestão da escola	16
3.2.2- Para melhorar a infra-estrutura da escola	18
3.2.3- Para melhorar a organização e a gestão do ensino ..	19
4 - APRECIÇÃO FINAL	21
ANEXOS	24
Anexo 1	24
Anexo 2	28
Anexo 3	29

APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado, atendendo a uma solicitação da Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação (SENEB/MEC), para subsidiar a preparação da Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania. Faz um balanço da experiência (processo) e das contribuições (resultados) das comissões e assembleias estaduais do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), em 1990/91.

A organização das contribuições das comissões estaduais apresenta-se como uma das tarefas de embasamento para a assembleia nacional, prevista na Metodologia para a Formulação do PNAC, cujo o objetivo é precipuamente consolidar propostas formuladas pelas unidades da federação, firmando os compromissos governamentais, intergovernamentais e interinstitucionais que constituirão parâmetros para as ações dos diferentes órgãos e instituições envolvidos.

Com este propósito, procedeu-se à organização do material coletado pela SENEB/MEC e à revisão dos elementos mais marcantes da documentação, com a elaboração de alguns quadros informativos do conteúdo, para, finalmente, oferecer uma apreciação sobre os diversos aspectos destacados, com base nos documentos balizadores do PNAC e em alguns outros registros de atividades, todos arrolados nos anexos I e II (Documentos Analisados e Referenciais).

É importante salientar que, dentre as limitações impostas a este trabalho, situam-se a falta de documentação relativa ao Distrito Federal e aos estados de Pernambuco e Sergipe, além da provável falta de alguns materiais e informações que possivelmente foram produzidos por outros estados, mas não chegaram ao MEC ou não lhe foram encaminhados. De outra parte, cabe também registrar que os elementos deste estudo indicam a conveniência de uma análise dos convênios, contratos e ações de apoio e financiamento realizados pelo Ministério da Educação no mesmo período, para que se possa chegar a uma avaliação mais percuciente do PNAC.

1 - ANTECEDENTES

A Assembléia Geral das Nações Unidas, atendendo à recomendação da XXIII Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1985, proclamou o ano de 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização.

Em consonância com este ato, o governo brasileiro criou a Comissão do Ano Internacional da Alfabetização, através do Decreto 97.219, de 14 de dezembro de 1988, reunindo educadores, pesquisadores, representantes de entidades ligadas à área de educação. Esta comissão produziu o documento intitulado "Alfabetizar é Libertar" que levantou questões sobre o analfabetismo e definiu uma metodologia de mobilização nacional, visando a superação dos problemas apontados.

Tal metodologia previa a realização de assembleias nos âmbitos municipal e estadual a partir das quais se consolidaria progressivamente o Plano Nacional de Alfabetização.

Já no governo Collor, foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e a Comissão do Ano Internacional da Alfabetização foi substituída pela Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, com nova composição, fixada pelo Decreto 99.519, de 11 de setembro de 1990. A nova comissão manteve a mesma metodologia de mobilização que deveria resultar na I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania na qual, então, se elaboraria a estratégia nacional. Para tanto, criaram-se comissões municipais e estaduais que, preparariam seus planos e propostas, bases do PNAC.

Ao longo dos anos 1990 e 1991, uma intensa mobilização ocorreu, resultando em uma série de encontros e ações visando o estabelecimento de subsídios teóricos, diagnósticos, análises, propostas, planos e projetos relativos ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Praticamente todos os estados apresentaram documentos explicitando o compromisso de se engajarem nos propósitos de eliminação do analfabetismo em suas respectivas áreas e/ou as suas sugestões para o Programa Nacional.

Parte deste material foi utilizado como base para dois novos documentos apresentados na reunião preparatória da I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, ocorrida em Brasília de 18 a 20 de abril de 1991: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (consolidação de documentos dos estados); e a Declaração Nacional sobre Alfabetização e Cidadania e Plano Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental. O primeiro documento foi elaborado pelo próprio MEC, resultado do material enviado por 15 unidades da federação. O segundo foi produzido por uma comissão de consultores, que se serviu de elementos do anterior e dos princípios norteadores das políticas e estratégias do PNAC para a formulação dos anteprojetos da Declaração e do Plano Nacional.

A reunião preparatória foi organizada por grupos temáticos que produziram relatórios, aprovados em assembléia final, na qual também foram votadas moções e recomendações. O produto deste encontro foi reunido em um relatório preliminar.

Após esta movimentação não houve mais incentivos ao processo previsto no PNAC, sendo apenas esporádicos os contatos entre o Ministério da Educação e a comissão nacional ou as comissões estaduais. Ainda durante o primeiro semestre de 1991, porém, o MEC, especialmente através de manifestações do ministro, buscou contato e firmou muitos termos de financiamento do FNDE, sob o signo do PNAC. Tais lacunas e ações, freqüentemente contraditórias, fizeram parte de um quadro que levou a maior parte das comissões estaduais à desarticulação e à noção generalizada de que o Programa seria desativado na nova gestão ministerial, iniciada em agosto de 1991. Esta interpretação deve-se, preponderantemente, às notícias via imprensa sobre certas providências da administração Goldenberg, como a reorganização administrativo-financeira do MEC e do FNDE, e ao discurso oficial que não mais destaca o PNAC.

O último semestre registra apenas uma reunião das comissões estaduais, auto-convocada, durante o IV Fórum Nacional da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em Brasília, dia 26 de agosto, cujo saldo é um levantamento da situação, e uma reunião da comissão nacional, também em Brasília, em 13 de novembro p.p., que atualiza o calendário de mobilização.

Ao serem reestabelecidos contatos para a realização da Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, prevista para abril de 1992, faz-se pertinente uma revisão do processo de organização nas unidades federadas e das propostas e planos que podem contribuir para a temática e os encaminhamentos do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. É neste momento e com esta finalidade que são apresentados os elementos a seguir.

2 - AS COMISSÕES ESTADUAIS

As comissões estaduais do PNAC foram constituídas a partir de estímulo do Ministério da Educação, consubstanciado pelo suporte estabelecido com as entidades representativas das diferentes instâncias participantes: o Conselho dos Secretários de Estado da Educação (CONSED), a UNDIME e o CRUB, respectivamente articuladores das secretarias estaduais e secretarias municipais de educação e das universidades.

É importante situar que, durante o ano de 1990, o Ministério da Educação buscou presença em eventos e reuniões das três entidades citadas, firmando entendimentos ou convênios de cooperação técnica e financeira a propósito do PNAC. Ao mesmo tempo, tratava da efetivação da Comissão Nacional do PNAC e da instalação de um conselho consultivo (Decreto 99.519, de 11/09/1990) e do Grupo Executivo de Gerência, nos quais tinham assento representantes daquelas entidades.

Embora não haja registro oficial da existência das comissões estaduais do PNAC, pode-se reconhecer que em quase todas as unidades federativas houve um grupo que respondeu à convocação para apresentar propostas ao Plano Nacional. O MEC, através da SENEb, logrou receber um ou mais documentos de cada estado, contendo subsídios, propostas, projetos ou planos com vistas à alfabetização. Entretanto, o material examinado nem sempre é fruto do trabalho em comissão. Depreende-se deste material e de outros registros (vide anexo II, Documentos de Referência) que a composição, a natureza, o nível de organização e mobilização e as realizações de tais comissões estaduais são bastante variados e diferenciados entre si. Tais condições, notoriamente, foram consideradas de modo geral insatisfatórias, por todos os representantes que compareceram à reunião preparatória da Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania. O relatório preliminar desta reunião indica, inclusive, que a falta de unidade de orientação do MEC ao desenvolvimento do PNAC repercutiu em insuficientes diretivas para a organização das comissões estaduais e elaboração de seus documentos, em desarticulação da comissão nacional e desta com os estados, bem como na ausência de infra-estrutura de informação e apoio, quer no MEC ou nas unidades federadas.

Estas condições adversas, porém, não impediram que houvesse, em nível nacional, uma mobilização significativa em torno da questão alfabetização. Verifica-se que a idéia de um Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania foi motivadora de um esforço organizado que, em muitos casos, superou os limites da representação formal e gerou a participação de grande número de municípios e vários segmentos sociais e instituições até então alheias a uma contribuição mais efetiva nas discussões sobre e/ou ações pela educação básica. Observa-se, entretanto, que o alcance desta mobilização foi também considerado insuficiente e frágil, seja pela limitada inclusão de instituições e órgãos, seja pela precariedade dos efeitos e formas de institucionalização ou pela descontinuidade havida na ação e existência das próprias comissões estaduais. Esta situação, denunciada na Reunião de abril de 1991, sob os recentes impactos dos novos governos estaduais, agravou-se após a alteração de comando no MEC e na SENEb, no segundo semestre de 1991, ocasionando a desativação dos procedimentos relativos ao PNAC.

De acordo com a finalidade com que se produz este documento, parece pertinente destacar do material coletado pela SENEb, junto às comissões estaduais e outras instituições ou órgãos que tomaram iniciativa remetendo-lhe projetos, os seguintes aspectos:

2.1- Quanto à participação no PNAC

A tabela 1, a seguir, indica que as secretarias estaduais, as delegacias do MEC e as universidades públicas foram constantes na autoria dos planos ou propostas coletivas ao PNAC. É também marcante a presença dos órgãos municipais de ensino, apresentando projetos na linha de desenvolvimento e manutenção das redes escolares de ensino fundamental, neles compreendidos o atendimento ao pré-escolar e aos jovens e adultos analfabetos.

As entidades representativas dos educadores e as universidades privadas aparecem em terceiro nível de freqüência, seguidas pelas demais, explicitadas na tabela 1.

Deve-se observar que as informações foram obtidas pelo somatório dos proponentes de todos os documentos considerados neste estudo e pelo relatório da reunião de 26 de agosto de 1991, em Brasília, realizada por auto-convocação durante o IV Fórum Nacional da UNDIME, com a finalidade específica de inventariar a situação das comissões estaduais do PNAC.

Fica, então, evidente que responderam às demandas do PNAC os segmentos tradicional e oficialmente responsáveis pelas ações de ensino fundamental e de formação de professores, ou seja os sistemas de ensino e as universidades, com a freqüente contribuição de instituições educacionais e de entidades representativas de educadores. A participação de outros segmentos

Tabela 1
PARTICIPANTES DAS COMISSÕES ESTADUAIS

U.F.	INSTITUIÇÕES											Total de Instituições	Total de participantes
	SEE	CEE	DEMEC	Universidades públicas	Universidades privadas	OME	Entidades educacionais	Associações Industriais e comerciais	Sindicatos (não-educadores)	Fundações educacionais	Outras instituições/ associações		
AC	x	x	x	x	-	x	x	x	x	x	-	10	2.500
AL	x	x	x	x	x	x	x	-	-	-	x	9	-
AM	x	-	x	x	-	x	-	-	-	x	x	24	-
AP	x	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	3	-
BA	x	x	x	x	x	x	x	-	-	x	x	14	-
CE	x	*	x	-	-	*	-	-	-	-	-	4	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	*	-	-	-	-	*	-	-	-	-	-	2	-
GO	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	-	11	1200
MA	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
MG	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	56	-
MS	x	*	x	x	x	x	-	-	-	-	x	10	600
MT	x	*	x	x	-	x	-	-	-	x	x	14	-
PA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	*	x	21	-
PB	*	-	*	*	-	*	-	-	-	-	-	4	700
PE	*	*	*	-	-	*	-	-	-	-	-	4	-
PI	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
PR	x	-	*	x	-	x	-	*	-	-	*	6	-
RJ	*	*	*	*	*	-	-	-	-	-	*	6	-
RN	x	-	x	x	-	x	x	-	-	-	-	6	1000
RO	x	-	x	x	-	x	-	-	-	-	x	7	-
RR	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	8	-
RS	x	-	x	x	x	x	x	-	-	-	-	42	1200
SC	x	-	x	x	x	x	-	-	-	x	-	7	-
SE	*	-	*	-	-	*	-	-	-	-	-	3	-
SP	x	-	x	x	-	x	x	-	x	-	x	11	2000
TO	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	1	-

Legenda: (x) informação nos documentos
(-) não há registro
(*) informação na reunião de 26/08/91

sociais, inclusive de organizações não-governamentais vinculadas ou não ao setor da educação, mostra-se relativamente limitada, apesar da ênfase neste sentido enunciada nos discursos oficiais, desde os *Marcos de Referência* até a propaganda veiculada.

É também ilustrativo do interesse e das dificuldades de integração interinstitucional que do Maranhão e do Piauí apenas chegaram projetos das respectivas DEMECs, do Paraná há um projeto da Universidade Federal, de Tocantins o projeto é de um município e do Rio de Janeiro têm-se projetos independentes da Secretaria Estadual e da Secretaria Municipal de Educação da Capital.

Cabe, portanto, uma reflexão sobre os limites e possibilidades de participação nas comissões estaduais. Seriam por demais marcados pelas relações mais amplas, em nível de governo, entre as diferentes instâncias do poder público e deste com os segmentos organizados da sociedade e de modo especial da comunidade educacional? Seriam dados pelas dificuldades de dedicação que enfrentam representantes de instituições comunitárias ou outras que não podem destacar pessoal para tarefas muito intensas, além das rotineiras, ou dados pela falta de hábito e vontade dos órgãos e instituições oficiais para trabalharem em conjunto com outros segmentos sociais? De todo modo, vale salientar que a participação nas comissões estaduais do PNAC ensejou uma ampliação e um aprofundamento na participação e colaboração inter-institucional no setor da educação e que a contribuição das articulações neste nível deve ter relação com a participação nas assembléias organizadas pelas comissões estaduais, que comentaremos a seguir.

2.2- Quanto à organização das comissões estaduais

Registra-se que oito comissões estaduais foram instituídas oficialmente, através de atos normativos. Outros 12 estados declaravam, na reunião auto-convocada de agosto p.p, ter comissão constituída, enquanto três estados informavam estarem ainda articulando a organização de suas comissões. Assim sendo, não há dados sobre estruturação de comissões estaduais em apenas quatro estados: Amapá, Piauí, Roraima e Tocantins.

Todavia, é importante observar-se que oito estados (Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe), embora tenham constituído ou tentado articular suas comissões estaduais, não apresentaram evidências de qualquer atividade prevista na metodologia do PNAC.

Tabela 2
ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES ESTADUAIS

U.F.	ETAPAS				
	Criação	Subsídios	Assembléias municipais	Assembléias estaduais	Documentos da ass. estadual
AC	Decreto 9891/90	-	x	Nov. 90	-
AL	Ago. 90	-	x	Dez. 90	x
AM	*	-	-	-	-
AP	-	-	x	Nov. 90	-
BA	*	x	x	-	-
CE	*	x	x	x	-
DF	+	-	-	-	-
ES	+	-	-	-	-
GO	Portaria 1815/90	x	x	Set. 90	-
MA	*	-	-	-	-
MG	Resolução 6760/90	x	x	Nov. 90	x
MS	Decreto 5515/90	-	x	Set. 90	-
MT	Portaria 18/90	-	x	Out. 90	-
PA	*	x	x	Nov. 90	x
PB	*	-	-	Jan. 91	*
PE	*	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-
PR	*	-	-	-	-
RJ	*	-	-	-	-
RN	+	-	x	Maio 91	-
RO	*	-	x	-	-
RR	-	-	x	-	-
RS	Portaria 00078/91	x	x	x	x
SC	*	-	x	x	-
SE	*	-	-	-	-
SP	Decreto 89519/90	x	x	Abr. 90	x
TO	-	-	-	-	-
TOTAL	27	23	07	14	06

Legenda: (x) informação nos documentos
 (-) não há registro
 (*) informação na reunião de 26.08.91: Comissão constituída
 (+) informação na reunião de 26.08.91: Comissão sendo articulada

É importante salientar que a maior parte dos estados conseguiu realizar algum evento que pode ser considerado como atendendo à metodologia para a formulação do programa, preconizada nos *Marcos de Referência*. Assembléias ou reuniões em nível municipal e/ou regional e assembléias ou seminários em nível estadual foram relatados por 15 estados, quase todos ao final de 1990, no limite do calendário fixado para a realização de reunião preparatória à Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania (fevereiro de 1991). Sabe-se que para isso, em vários casos, contribuiu a liberação de verbas da quota federal do Salário-Educação, destinadas a este fim. Observa-se, outrossim, que alguns destes encontros tiveram a participação de mais de mil pessoas.

De outra parte, deve ser ressaltado que, ainda conforme ilustra a tabela 2, foram poucos os estados em que se realizou de fato uma assembléia, com uma tomada de posição coletiva e representativa, consubstanciada em proposta ou texto. Noutros casos o que se obteve foi a elaboração de documentos pela comissão estadual, sem força de assembléia, mas representando o pensamento de pessoas designadas pelas respectivas instituições; ou a produção de uma proposta derivada de participação muito desproporcional de alguns níveis ou instâncias dos sistemas de ensino. Contudo, é no mínimo entusiasmante que em várias unidades federativas muitas centenas de cidadãos tenham se mobilizado em torno da alfabetização. Isto tem um significado político e um potencial pedagógico que precisa ser valorizado e respeitado ao se avaliar os encaminhamentos do PNAC.

2.3- Quanto à documentação produzida

Como já ressaltado, neste estudo considerou-se toda a documentação produzida ou avaliada pelas comissões estaduais, constante de subsídios, propostas, planos e projetos encaminhados à SENEb e contendo qualquer menção a uma realização ou apreciação de colegiado interinstitucional. Mas também foram examinados e contabilizados mais elementos encaminhados por outras instâncias, além da Comissão Estadual, já que faziam parte do conjunto documental tomado para análise.

A tabela 3 é ilustrativa da natureza dos documentos considerados.

Tabela 3
DOCUMENTAÇÃO DOS ESTADOS

U.F.	TIPOS							
	Subsídios teóricos	Propostas de alfabetização	Programas ou planos estaduais de alfabetização	Projetos de alfabetização	Relatório do seminário estadual	Planos municipais	Competências comissão estadual PNAC	Críticas ao PNAC
AC	-	-	x	-	-	x	-	-
AL	-	-	x	02	-	-	x	-
AM	-	x	x	-	-	x	-	-
AP	-	-	x	-	-	-	-	-
BA	-	-	x	-	-	x	x	-
CE	-	x	-	-	-	x	x	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	x	-	-	-	-	-
GO	x	-	x	03	-	x	-	-
MA	-	-	-	01	-	-	-	-
MG	x	-	x	11	x	-	-	-
MS	-	-	x	05	-	-	-	-
MT	-	-	x	01	-	-	-	-
PA	x	-	x	-	x	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	x
PE	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	01	-	-	-	-
PR	x	-	-	01	-	-	-	-
RJ	-	-	-	04	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-	x	-
RO	-	x	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	06	-	x	-	-
RS	x	x	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	x	05	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	x	-	x	-
TO	-	-	-	-	-	x	-	-
TOTAL 27	05	04	12	40	03	07	05	01

Legenda:

(x) documentos enviados à SENE/MEC
(-) não há registro

O conjunto, então, indica que cerca de metade das unidades federadas apresentaram planos ou programas de alfabetização no âmbito estadual. Esta qualificação dá-se mais pelo respeito à denominação adotada nos documentos do que a uma classificação baseada em critérios externos aos autores dos trabalhos. De vários estados foram encaminhados projetos, quer abrangendo o âmbito estadual ou municipal, quer destinados a atender segmentos populacionais específicos.

Há documentos que não programam ações determinadas, caracterizando-se por oferecerem subsídios teóricos ou de análise da realidade sócio-educacional, ou mesmo propostas de critérios e prioridades. Estes, apesar de serem minoria e de revelarem graus variados de detalhamento e consistência, contêm elementos significativos para definições de políticas em nível nacional e estadual.

Ainda cabe mencionar que vários estados enviaram relatórios dos trabalhos realizados, no todo ou em parte, dando conta das atividades de discussão e planejamento havidas, principalmente da assembléia ou seminário estadual já comentados no item anterior.

São peculiares as propostas de São Paulo, da Bahia e do Rio Grande do Norte que estabelecem as competências desejadas para as comissões estaduais; como é único o documento apresentado pela Comissão da Paraíba que pretende uma análise crítica do PNAC.

Nota-se, finalmente, a ausência de documentação de Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal, embora se saiba de gestões havidas nestas unidades.

Cerca da metade dos Estados produziu documentos que revelam processo de produção e conteúdo convergentes com o previsto na metodologia do PNAC, segundo os *Marcos de Referência*. Ou seja: (a) aprovados em assembléias estaduais, coordenadas pelas Secretarias de Educação e compostas por representantes democraticamente escolhidos nas assembléias municipais e pela representação dos órgãos estaduais e das DEMEC, com participação da comunidade; (b) com o objetivo de consolidar as propostas oriundas das assembléias municipais, que deveriam elaborar um plano de ação, a partir de um diagnóstico, para atendimento prioritário ao ensino fundamental de crianças, jovens e adultos.

Em termos de forma, vários são os projetos submetidos nos formulários do FNDE, o que vem a corroborar a noção de que houve informações conflitantes quanto à estratégia do PNAC: seria esta uma fase e uma instância de propostas e encaminhamentos à elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, ou o concurso de projetos a um financiamento regular do FNDE, intitulado de PNAC ?

Veja-se a seguir, uma apreciação geral sobre o conteúdo dos documentos analisados.

3 - AS PROPOSTAS DAS COMISSÕES ESTADUAIS

O exame dos planos, projetos e propostas enviados pelos estados à SENEb/MEC permite, além da apreciação sobre o processo e produtos das fases fundamentais do PNAC (item 2), uma visão da totalidade das prioridades e das estratégias ou ações que as comissões estaduais ou as instituições e órgãos proponentes entendem ser conducentes à realização dos objetivos maiores do Programa. Se, por um lado, com base nos elementos até agora destacados foi possível avaliar as características e dificuldades de ordem mais metodológica e organizacional, os textos ensejam também conhecer e ponderar sobre o objetivos e os meios propostos como substantivo do planejamento da educação. Ambas leituras mostram-se mutuamente complementares e esclarecedoras, como se há de demonstrar.

Considerando o tipo de análise já apresentada pela SENEb/MEC na reunião preparatória da I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, em abril de 1991, na consolidação que extraiu excertos dos documentos dos estados, organizando-os sob diferentes temas, optou-se neste trabalho por uma sistematização de caráter mais comparativo e avaliativo. Para tal, registraram-se a frequência das menções feitas nos planos, projetos e propostas e, após, as observações emergentes da apreciação dos gráficos e do confronto com outros elementos doutrinários e norteadores do PNAC.

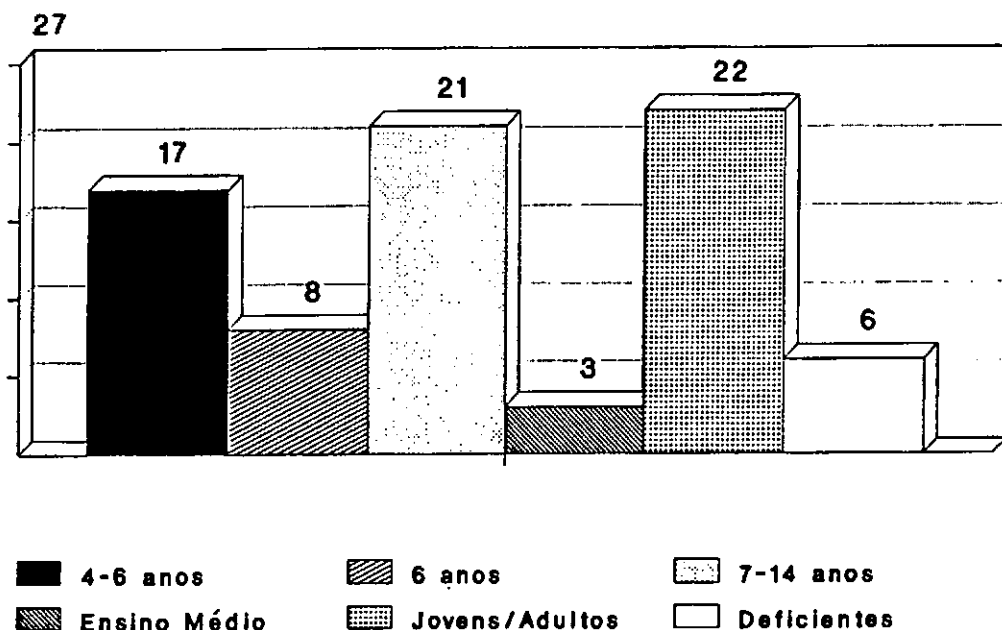
3.1- As prioridades da alfabetização

A expansão do atendimento aos segmentos populacionais que não têm ou tiveram acesso ou condições de concluir o ensino fundamental apresenta-se como compromisso unânime das instituições e órgãos participantes do PNAC. Neste sentido, a documentação revela que as metas e projetos destinam-se a viabilizar a obrigatoriedade de escolarização à população da chamada "idade regular", dos 7 aos 14 anos, e de jovens e adultos que não realizaram os estudos na idade própria.

O gráfico 1, representando os destaques percebidos nas propostas dos estados detalhadas no Anexo II-A, ilustra a frequência com que os diferentes

segmentos populacionais foram incluídos. Observa-se, portanto, que além da ênfase no ensino fundamental regular para todas as idades há uma importante valorização do atendimento pré-escolar como suporte à alfabetização. Seja prevendo a pré-escola dos 4 aos 6 anos de idade, com finalidades pedagógicas e sociais, ou projetando no início precoce da alfabetização o apoio necessário para o sucesso no ensino fundamental, os documentos propugnam majoritariamente pela inclusão do atendimento pré-escolar no Programa de Alfabetização. Alguns estados incluíram também em suas propostas o atendimento aos portadores de deficiências, para que possam ter acesso à alfabetização e seus direitos de cidadania.

Gráfico 1
EXPANSÃO DO ATENDIMENTO



Universo: 27 UF

A posição dos estados revela-se, então, bastante coincidente com os conceitos e preceitos constantes da documentação oficial e oficiosa do PNAC. O ensino fundamental, a pré-escola, a educação de jovens e adultos e a educação especial são "aspectos essenciais para a formulação do Programa" nos *Marcos de Referência* e estão presentes no planejamento dos municípios e dos estados; embora a educação especial, como demonstrado, não tenha sido por muitos salientada. Sob este ângulo deve-se, contudo, registrar que apenas em três estados foi notada qualquer menção à expansão do ensino médio sem, entretanto, destaque à expansão da obrigatoriedade ao ensino médio. As menções se fazem à contribuição deste nível de ensino à formação do magistério e à profissionalização em geral. Isto pode indicar que a concepção deste nível de ensino, como instância necessária para garantir-se o aprofundamento e a consolidação do saber, bem como a compreensão dos processos de formação e organização sócio-econômico-cultural e política, ainda carece ser trabalhada. Pode também indicar, em conjunto com as ênfases já referidas, tanto

uma limitação no entendimento sobre alfabetização e cidadania, quanto apenas um senso agudo de realidade, que constrange as propostas ao factível em mais curto prazo.

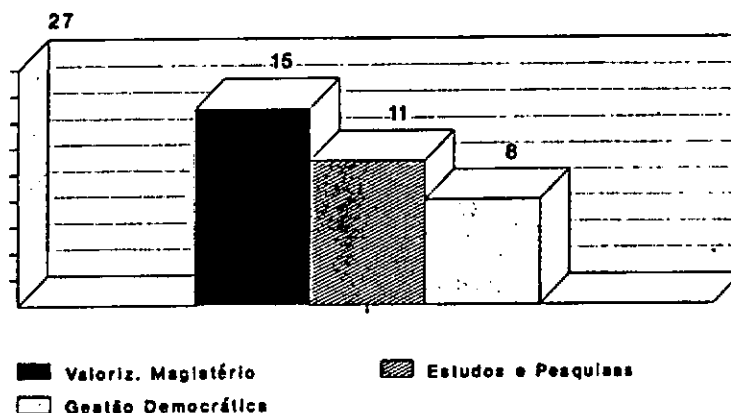
3.2- As condições para a alfabetização

Dadas estas prioridades em termos de segmentos populacionais e níveis de ensino objetivados pelos planos e projetos, é significativo notar-se que há duas linhas inter-relacionadas de propostas de ação: uma que denominamos como voltada à melhoria da qualidade do ensino e da gestão da escola, no sentido de buscar condições superiores nos processos de organização e produção do conhecimento; outra que denominamos como voltada à melhoria da infra-estrutura, incluindo as condições materiais e administrativas, a disponibilidade de pessoal e os serviços suplementares. Cada qual recebe, a seguir, destaque de análise.

3.2.1- Para melhorar a qualidade do ensino e da gestão da escola

No gráfico 2, abaixo, torna-se evidente a ênfase dada pela maioria dos estados à necessidade de esforços para maior valorização do magistério. Esta é expressa tanto pela importância de remuneração condigna e compatível com outros setores profissionais de equivalente nível de formação e relevância social, quanto pela indispensabilidade de estatutos e planos de carreira que requeiram a seleção por concurso e que estimulem a titulação e o desempenho. Há, inclusive, documentos que colocam como prioritária ou imperativa a ampliação dos quadros de magistério via concurso e sob planos de carreira, seja para aumentar a capacidade do sistema de ensino ou para substituir o provimento irregular de funções docentes.

Gráfico 2
MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E GESTÃO DA ESCOLA

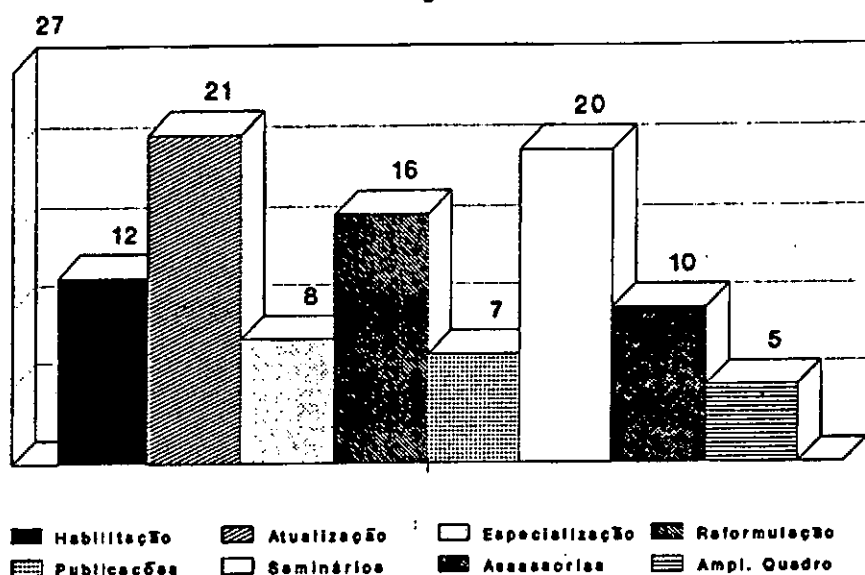


Como se pode observar, são também freqüentes as exigências feitas com relação à forma de organização e ao processo decisório nas escolas e sistemas de ensino. Muitos estados manifestaram-se sobre o valor pedagógico e político de princípios como a gestão democrática, considerando fundamental a participação da sociedade nas questões educacionais, a participação dos profissionais do ensino nas decisões de âmbito específico e o correto relacionamento entre as instâncias governamentais do setor.

É interessante ainda observar o relevo dado ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alfabetização e educação básica. Seria este um indicador das incertezas sentidas pelos proponentes diante de uma problemática tão complexa e de uma responsabilidade tão grande por decisões que pretendem atingir resultados muito acima da realidade escolar conhecida? De qualquer modo, é auspiciosa a constatação de que é preciso investir-se mais e reunirem-se esforços na investigação sobre os inúmeros aspectos da alfabetização: denota atitude científica e profissional, revela também respeito pela interdependência de competências das escola, dos sistemas de ensino e das universidades.

A propósito do elemento mais destacado, valorização do magistério, foi possível também levantar a freqüência das ações propostas para lograr a melhor qualificação dos professores. Este gráfico 3 permite, inclusive, que se visualize o nível de formação nos quadros existentes. Assim sendo, são vários os estados que buscam ainda habilitar o pessoal que vem exercendo funções docentes, enquanto outros, ou os mesmos paralelamente, pretendem realizar atividades de atualização e especialização dos professores. Quase todos, contudo, indicam a necessidade de realizar seminários ou atividades correlatas com vistas a sua qualificação para a alfabetização e as demais competências profissionais.

Gráfico 3
QUALIFICAÇÃO DOCENTE



Universo: 27 UF

Este gráfico 3 informa, ainda, que os estados, municípios e demais instituições planejam envolver-se na reformulação dos cursos de formação do magistério, em nível de 2º grau ou licenciaturas. Nestes cursos e nas demais atividades de formação e capacitação de professores fazem-se instrumentais as publicações especializadas e as assessorias técnicas, seja das universidades aos sistemas de ensino, seja do sistema estadual aos sistemas municipais.

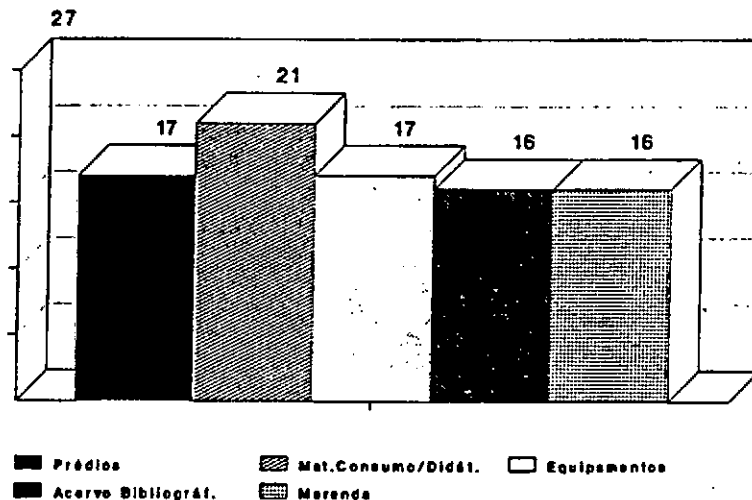
A bem do correto esclarecimento, reitera-se que o destaque à valorização do magistério, ilustrado no gráfico 2, inclui a qualificação de docentes especificada no gráfico 3 e, não menos importante, as desejadas providências de ordem profissional (acesso à profissão e carreira estruturada) e salarial. A forma e a fundamentação de tais proposições demonstram um significativo grau de conscientização e disposição para tais medidas. Mas também indicam que há vários limites externos às comissões estaduais impedindo o provimento dos meios financeiros e políticos que permitiriam o atendimento destes objetivos.

Verifica-se, portanto, que há uma sintonia entre estas estratégias salientadas nos documentos dos estados e colocações dos textos normativos e deliberativos do PNAC, notadamente com relação à valorização do magistério e a responsabilidade solidária entre as instâncias de governos, as universidades e as entidades da sociedade civil.

3.2.2- Para melhorar a infra-estrutura da escola

Com relação às propostas que visam melhorar a infra-estrutura escolar, salientam-se as demandas por ampliação da rede física onde ainda não há estabelecimentos acessíveis à população, por exemplo no meio rural, novas fronteiras econômicas e periferias urbanas; e/ou demandas por recuperação dos prédios. Estas carências são, em alguns casos, apoiadas em diagnósticos de déficit de escolarização ou dados sobre a rede escolar.

Gráfico 4
INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR



Universo: 27 UF

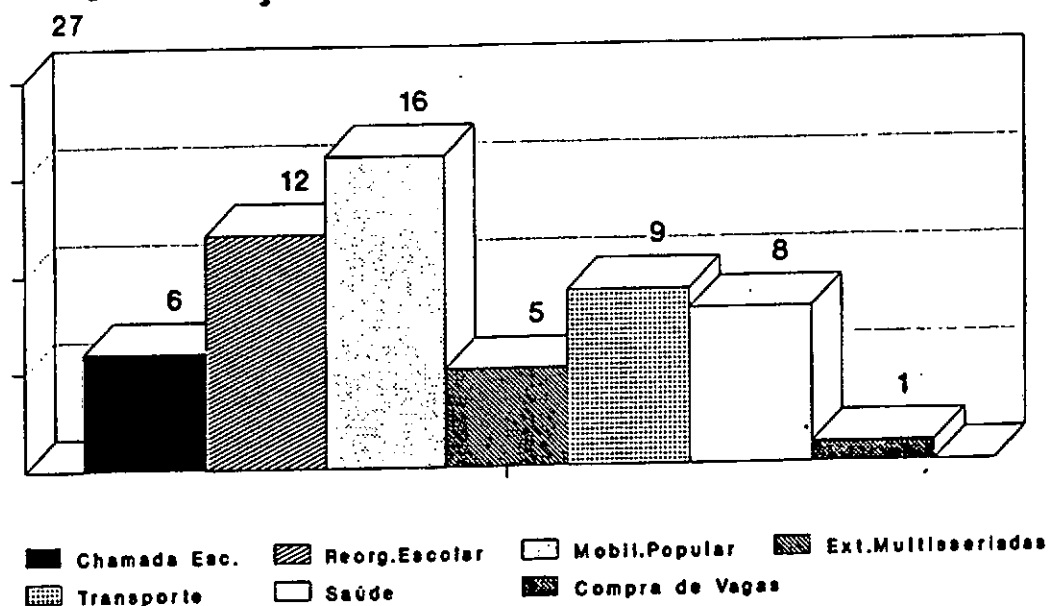
Dentre as necessidades materiais apontadas, os equipamentos, os acervos bibliográficos e os materiais para uso didático e de consumo geral nas escolas são igualmente valorizados. Cabe, portanto, a preocupação mais ampla e generalizada sobre a situação de precariedade da rede física escolar, mas também sobre as condições dos níveis técnicos para avaliarem e projetarem adequadamente oferta e demanda, traçando mapas escolares e fundamentando as especificações educacionais para os projetos arquitetônicos ou de equipamento didático e administrativo. Não seriam os projetos influenciados fortemente pelas tradições de financiamento do governo federal e pelos valores políticos que priorizam prédios e equipamentos? Em que medida houve estímulo e apoio para pensar a realidade e planejar referencialmente, contando com uma visão política e com bases científico-pedagógicas?

A merenda escolar foi incluída neste tópico devido à natureza dos projetos e das justificativas apresentadas. Este é um serviço de apoio ao ensino considerado, em muitos casos, como muito importante para as condições de aprendizagem. Dadas as peculiaridades e a complexidade da questão, haja visto as opiniões contraditórias quanto às relações entre aprendizagem e nutrição, talvez seja este um tema para posteriores aprofundamentos, baseados tanto nas propostas ora em análise quanto noutros elementos já produzidos no meio educacional brasileiro.

3.2.3- Para melhorar a organização e a gestão do ensino

O gráfico 5, a seguir, demonstra a freqüência com que as propostas, planos e projetos valorizaram ações e providências relativas à organização do ensino e à gestão mais efetiva do sistema escolar.

Gráfico 5
ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E GESTÃO DO SISTEMA



Universo: 27 UF

A chamada escolar e a mobilização da população foram consideradas pela maioria dos estados como muito importantes para estimular a demanda de matrícula e a cooperação comunitária, visando o acesso e a permanência na escola das crianças, dos jovens e dos adultos que não completaram a escolaridade obrigatória. Dada a repercussão de tais iniciativas do poder público que, por certo, em muito dependem de entidades privadas e dos meios de comunicação de massa, é interessante investigar-se a relação destas medidas com outras de caráter administrativo e pedagógico e, especialmente, se estas não seriam proposições indicativas de planos e projetos planejados de modo mais sistemático e abrangente. Talvez, inclusive, seja uma medida reveladora de uma disposição para lidar abertamente com a comunidade, trabalhando com as pressões que se apresentarem ao poder público. De outra parte pode servir apenas como meio de cumprir com as obrigações formais.

Sob a indicação de reorganização escolar reuniram-se as medidas propostas para melhor adequar a escola aos interesses e necessidades da clientela. Neste espectro estão previstas providências como revisão de calendário escolar, adaptando-o às atividades produtivas regionais e revisão do horário escolar, adaptando-o às atividades laborais dos educandos. Há menção, também, da importância de cumprirem-se mais horas de ensino-aprendizagem e com atendimento de melhor qualidade, através de medidas como a extinção dos turnos intermediários. Neste mesmo sentido apresentaram-se as cinco propostas de extinção das classes multisseriadas.

A ampliação dos serviços de apoio e assistência ao estudante, nas áreas de saúde e transporte escolar foi também muito freqüente. Via de regra tais proposições não discriminavam os destinatários, fossem crianças ou jovens e adultos, e muitas vezes pretendiam a ampliação de serviços já existente. Não houve, porém justificativas fundadas em avaliações e pesquisas que chamassem a atenção; parece que tais projetos muito mais espelham tendências de enriquecimento dos serviços disponíveis à comunidade escolar do que uma opção frente a outras providências que visam o mesmo objetivo que é o da melhoria da qualidade do ensino para camadas mais abrangentes da população.

Finalmente, cabe um comentário à solitária proposta do Espírito Santo: compra de vagas em escolas privadas, como forma de ampliar o acesso ao ensino fundamental. Destoa do conteúdo e do sentido de todas as demais colocações endereçadas ao PNAC, que enfatizaram irredutivelmente a responsabilidade da sociedade e dos governos em providenciar condições de um ensino público de qualidade a todos, em qualquer idade e região.

4 - APRECIÇÃO FINAL

A partir da análise dos documentos enviados pelas unidades federadas podemos fazer algumas observações visando subsidiar uma avaliação mais profunda e referenciada do PNAC.

a) A metodologia de mobilização utilizada pelo PNAC produziu, sem dúvida alguma, um movimento de âmbito nacional, permitindo, na quase absoluta totalidade dos estados, o engajamento de setores diferenciados de órgãos públicos e da sociedade civil. A forma de mobilização, o tipo de atividade e o número de pessoas e entidades envolvidas variaram consideravelmente de local para local. De todo modo, a participação da sociedade civil foi valorizada como elemento importante na definição de estratégias e de critérios de aplicação de recursos e no controle das verbas públicas.

b) Esta diversidade na organização resultou na produção de documentos desiguais tanto na forma como no conteúdo, o que contribuiu menos para o enriquecimento do processo e mais para a dispersão de informações e estratégias. Um dos fatores a serem considerados como causadores desta situação é a falta de definição das atribuições e de apoio institucional do MEC e dos órgãos a ele ligados nas unidades federadas, para que as comissões, tanto municipais como estaduais, pudessem trabalhar. A propósito, a discussão do GT sobre o PNAC (Comissão II), inserido no relatório preliminar da reunião preparatória de abril de 1991 e o relatório da reunião de 26 de agosto p.p. indicam que estas condições foram desarticuladoras e desmobilizadoras de uma disposição que, no princípio, havia sido muito mais significativa. O MEC, por certo, muito contribuiu para a problemática situação em que hoje se encontra o PNAC. Via de regra, não prestigiou ou sequer considerou a estratégia que havia sido por ele proposta, firmando convênios de financiamento com várias instituições, através do FNDE e em nome do PNAC, mas à margem de qualquer elemento oferecido pelas comissões estaduais ou pela comissão nacional.

c) Há que se valorizar, no entanto, a perspectiva de busca de soluções a partir do envolvimento dos diversos setores ligados ao campo educacional, como provou ser possível e produtivo o próprio PNAC, ao se constituir em um significativo canal de expressão. A presença das Universidades, das entidades de classe e das organizações não-governamentais foi sempre muito destacada por todos quantos a experimentaram. Vale registrar que, em muitos Estados, efetivamente se conseguiu dar forte ênfase nas bases municipais, como previsto na estratégia do PNAC. A capacidade de mobilização dos municípios realmente pode ser indicador das etapas e ritmos subseqüentes, também como previsto no PNAC (*documento-base*, p.33).

d) Mas, repetimos, o esforço de mobilização ocorrido a partir das comissões, das delegacias do MEC ou das secretarias de educação, em colaboração com a SENEb, foi desgastado por vários fatores. Um deles foi a falta de clareza na distribuição dos recursos do FNDE, realizada diretamente pelo ministro, o que acabou por esvaziar a mobilização do PNAC que tinha, entre os seus objetivos expressos, o estabelecimento de critérios para o repasse de verbas. Outro fator foi a indefinição do montante de recursos destinados ao Programa, deixando de lado o objetivo de responsabilidade compartilhada, presente no documento de diretrizes. Esse aspecto restringe se não inviabiliza a proposta de gestão democrática que poderia vir a ser garantida pela representatividade dos gestores dos fundos do PNAC, previstos na estratégia mas não criados.

e) A grande maioria das propostas incidiu sobre o ensino fundamental, mostrando uma preocupação generalizada em valorizar a educação pública de qualidade como mecanismo prioritário de superação do analfabetismo, principalmente nas suas fontes. Esteve presente, também marcadamente, o interesse em ações de expansão do atendimento pré-escolar e da educação de jovens e adultos. É menor, no entanto, a menção à educação especial. Quanto ao fato de a educação de jovens e adultos constar das prioridades e solicitações de recursos por parte de elevado número de unidades, este pode indicar que os órgãos municipais e estaduais estejam apenas procurando suprir o esvaziamento havido com a extinção da Fundação Educar ou, talvez melhor, estejam procurando atender ao mandato constitucional de acesso ao ensino fundamental em qualquer idade.

f) Estranha-se, todavia, a quase ausência de propostas alternativas ao ensino supletivo, demonstrando, de um lado, pouca presença dos movimentos que trabalham com elas e, de outro, pobreza de soluções por parte dos órgãos oficiais. Da mesma forma, não há estratégias diferenciadas e ações corajosas nos planos e programas que pretendam alcançar segmentos populacionais ou áreas geográficas mais necessita-

das, em especial as áreas metropolitanas e as zonas rurais. A equalização de oportunidades e a diminuição das disparidades, parece-nos, dependeriam muito do equacionamento dessas situações problemáticas.

g) Desse mesmo ponto de vista, apesar de boa parte dos documentos considerar que a solução para a questão educacional depende de sua relação com políticas de outros setores, como por exemplo no campo da saúde, do atendimento à criança, do emprego e da formação técnica, assim como do próprio desempenho da economia, os projetos apresentados restringiram-se apenas aos aspectos do ensino. É necessário esforço maior para a compreensão dos problemas que influem sobre a educação e que podem ser causas do analfabetismo e abertura para ações intersetoriais - a respeito das quais já se possuem inclusive experiências. A propósito, estava previsto no PNAC (*documento-base*, p.34) que caberia aos estados coordenar e facilitar o intercâmbio dessas experiências.

h) As prioridades estabelecidas pelas unidades de Federação são bastante evidentes e lógicas: expansão da oferta – nas regiões onde o sistema público de ensino ainda não atingiu a universalização – e melhoria da qualidade – onde a escolarização já é acessível e os problemas são reprovação e/ou evasão. Isto, de maneira geral, demonstra que as necessidades básicas do sistema ainda são o grande tema e que é preciso, antes de qualquer meta mais ambiciosa ou inovadora, fazer-se o que tem que ser feito. Investimentos em infra-estrutura, formação de professores e condições para o trabalho em níveis profissionais são o cerne da manutenção e desenvolvimento do ensino, que, por sua vez, é prioridade imprescindível num Programa de Alfabetização e Cidadania. É preciso, portanto, vontade política para realizar o obrigatório, para regularizar o que já está estabelecido, embora isto possa trazer apenas discretos dividendos, a curto prazo.

i) O PNAC, desde suas diretrizes iniciais, definiu-se não como uma campanha, mas programa de resultados de médio e longo prazos que se assentaria na estratégia de coordenação das instâncias governamentais e colaboração da sociedade civil, para reforço do sistema público de ensino. No entanto, seu desenvolvimento, sem esta estratégia operacionalizada, acabou por produzir uma grande quantidade de projetos cujas características e prioridades tendem a reiterar a tática de ações pontuais e de curto prazo, com a dispersão de recursos. Podemos afirmar que, lastimavelmente, o próprio Programa corre o grave risco de se constituir apenas num episódio. Não se tem o direito, no entanto, de promover uma ampla mobilização e deixar sem resposta as solicitações dela advindas, ou sem justificativa as opções de financiamento feitas através de outros mecanismos e critérios.

ANEXOS

Anexo 1

DOCUMENTOS ANALISADOS

ACRE. Secretaria de Educação e Cultura. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Acre. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania*. Rio Branco, 1991. 47p.

ACRE. Secretaria Municipal de Educação de Xapuri. *Plano Municipal de Alfabetização e Cidadania: 1990-1996*. Xapuri, [1990]. 11 p.

ALAGOAS. Secretaria da Educação. Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania*. Maceió, 1991. 35 p.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte. *Plano Estadual de Educação*. Macapá, 1990. 13 p.

AMAZONAS. Secretaria da Educação, Cultura e Desportos. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania: 1991-1995*. Manaus, [1990]. 7 p.

AMAZONAS. Secretaria Municipal de Educação de Manaus. *Brigada de Alfabetização*. Manaus, 1991. 45 p.

AMAZONAS. Secretaria da Educação, Cultura e Desportos. *Proposta de Alfabetização e Cidadania do Estado do Amazonas: 1990-1995*. Manaus, set. 1990. 18 p.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Itapetininga. Departamento de Educação e Cultura. *Projeto de Alfabetização e Cidadania do Município de Itapetininga: 1991-1995*. Itapetininga, set. 1990. 28 p.

BAHIA. Secretaria da Educação. Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania*. Salvador, 1991. 56 p.

CEARÁ. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Ceará. *Relatório das Atividades do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania*. Fortaleza, dez.1990. 10 p.

CEARÁ. Secretaria de Educação. *Proposta Estadual de Alfabetização: uma proposta para negociação*. Fortaleza, out. 1990. 11 p.

- CEARÁ.** Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. *Plano Municipal de Educação de Fortaleza*. Fortaleza, [1990]. 5 p.
- ESPÍRITO SANTO.** Secretaria de Estado de Educação e Cultura. *Plano de Metas Alfabetização e Cidadania: 1991-1998*. Vitória, jan. 1991. 24 p.
- GOIÁS.** Gabinete do Governador. *Decreto 3.302/89, de 28 de novembro de 1989*. Institui a Comissão Estadual do Ano Internacional de Alfabetização. Goiânia, 1989. 2 p.
- GOIÁS.** Secretaria de Estado de Educação. *Portaria n. 1.915/90, de 10 de abril de 1990*. Institui a Comissão Estadual do Ano Internacional de Alfabetização. Goiânia, 1990. 2 p.
- GOIÁS.** Secretaria de Estado da Educação. Comissão Estadual do Ano Internacional da Alfabetização. *Reflexões sobre Alfabetização*. Goiânia, 1990. 8 p.
- GOIÁS.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência do Ensino Fundamental. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania*. Goiânia, fev. 1991. 45 p.
- MARANHÃO.** Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Maranhão. *Projeto Alfabetizar*. São Luis, 1990. 100 p.
- MATO GROSSO.** Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania de Mato Grosso: 1990-1995*. Cuiabá, [1990]. 59 p.
- MATO GROSSO.** Secretaria de Educação e Cultura. *Projeto de capacitação de professores de Educação de Adultos/DREC*. Cuiabá, 1990. 6 p.
- MATO GROSSO DO SUL.** Secretaria de Educação. Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania*. Campo Grande, 1990. 9 p.
- MINAS GERAIS.** Comissão Executiva do Programa Estadual de Alfabetização. *Programa de Erradicação do Analfabetismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte, jul.1990. 11 p.
- MINAS GERAIS.** Comissão Executiva do Programa Estadual de Alfabetização. *Proposta da Assembléia Estadual de Alfabetização*. Belo Horizonte, nov.1991. Não paginado.
- MINAS GERAIS.** Secretaria de Estado da Educação. *Programa de alfabetização em Minas Gerais*. Belo Horizonte, jan. 1991. Não paginado.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência Educacional. *Programa de alfabetização para o decênio 1990-2000 em Minas Gerais.* Belo Horizonte, set. 1989. 41 p.

PARÁ. Comissão Estadual do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. *Plano Estadual de Educação.* Belém, jan.1991. 12 p.

PARÁ. Comissão Estadual do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. *Relatório final do I Encontro de Alfabetização do Pará.* Belém, nov. 1990. 35 p.

PARAÍBA. Secretaria da Educação e Cultura. Delegacia do Ministério da Educação no Estado da Paraíba. *Seminário Estadual de Cidadania e Alfabetização: por uma análise crítica do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.* João Pessoa, jan.1991. 36 p.

PARANÁ. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Paraná. Universidade Federal do Paraná. *Projeto de alfabetização.* Curitiba, (1990). Não paginado.

PIAUI. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Piauí. *Projeto Estadual de Educação.* Teresina, jul. 1990. Não paginado.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Projeto alimentação escolar.* Rio de Janeiro, 1990. Não paginado.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto de atualização de professores de alfabetização.* Rio de Janeiro, mar.1990. Não paginado.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto preparando o pré-pscolar para a alfabetização.* Rio de Janeiro, mar.1990. Não paginado.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Departamento Geral de Ensino. *Resgate da cidadania através da alfabetização.* Rio de Janeiro, mar. 1990. 18 p.

RIO GRANDE DO NORTE. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Rio Grande do Norte. *Relatório das atividades do Conselho Municipal de Alfabetização e Cidadania de Natal.* Natal, 1990. Paginação irregular.

RIO GRANDE DO NORTE. Delegacia do Ministério da Educação no Estado do Rio Grande do Norte. *Síntese das ações do PNAC no RN.* Natal, 1991. 5 p.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e Cultura. *Projeto para a discussão e montagem da proposta de alfabetização para o RN.* Natal, 1990. Não paginado.

- RIO GRANDE DO SUL.** Fórum Estadual de Alfabetização, 2., 1990, Porto Alegre. *Proposta do Rio Grande do Sul para uma política de alfabetização.* Porto Alegre, 1990.
- RIO GRANDE DO SUL.** Secretaria da Educação. Supervisão Técnica. Departamento de Ensino de 1o. Grau. *Propostas regionais para o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.* Porto Alegre, 1990. 120 p.
- RONDÔNIA.** Delegacia do Ministério da Educação de Rondônia. Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Proposta Estadual de Alfabetização e Cidadania.* Porto Velho, nov. 1990. 72 p.
- RORAIMA.** Secretaria de Educação Cultura e Desporto. *Consolidação de projetos.* Boa Vista, 1991. Não paginado.
- RORAIMA.** Secretaria de Educação Cultura e Desporto. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania.* Boa Vista, set. 1990. Não paginado.
- SANTA CATARINA.** Secretaria de Educação. Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania: 1991-1995.* Florianópolis, 1991. 52 p.
- SÃO PAULO.** Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania. *I Congresso Paulista do PNAC.* São Paulo, abr. 1991. 15 p.
- TOCANTINS.** Prefeitura Municipal de Itaguatins. *Plano Municipal de Alfabetização e Cidadania.* Itaguatins, nov. 1990. Não paginado.

Anexo 2

DOCUMENTOS REFERENCIAIS

- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização. *Documento Básico*. Brasília, nov. 1989. 36 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. *Documentos básicos para subsidiar a reunião preparatória da I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania*. Brasília, abr. 1991. Não paginado.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. Comissão Nacional de Alfabetização e Cidadania. *Reunião Preparatória para a I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania: relatório preliminar*. Brasília, abr. 1991. Não paginado.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. Coordenação de Educação Supletiva. *Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania*. Brasília, jan. 1991. 26 p.
- PEREZ, Carmem Emília et al. *Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: documento-base (Declaração Nacional sobre Alfabetização e Cidadania - Plano Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental)*. [s.l.] : [s.n.], mar. 1991. 39 p.

Anexo 3

PROPOSTAS DAS COMISSÕES ESTADUAIS POR ESTADO

A - Expansão do Atendimento

UF	Pré-escola 4-6 anos	Pré-escola 6 anos	7-14 anos	Expansão gradativa ensino médio	Jovens adultos	Deficientes
AC	x	x	x	-	x	x
AL	x	-	x	x	x	-
AM	x	x	x	-	x	-
AP	x	-	x	-	x	-
BA	x	x	x	-	x	-
CE	-	-	x	-	x	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	x	-	x	x	x	x
GO	x	x	x	-	x	x
MA	x	-	x	-	x	-
MG	-	x	x	-	x	x
MS	-	-	x	-	x	-
MT	-	x	x	-	x	x
PA	x	-	x	-	x	-
PB	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	x	x	-	-	x	-
PR	-	-	x	-	x	-
RJ	x	-	x	-	x	-
RN	x	-	x	-	x	-
RO	x	-	x	-	x	-
RR	x	x	x	-	x	-
RS	x	-	x	x	x	x
SC	x	-	x	-	x	-
SE	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
TO	x	-	x	-	x	-
TOTAL 27	17	06	21	03	22	06

Legenda: (x) informação nos documentos
(-) não há registro

B - Melhoria da Qualidade do Ensino e da Gestão da Escola

UF	Valorização do magistério	Estudos e pesquisas	Gestão democrática da escola
AC	x	x	x
AL	x	x	x
AM	-	x	-
AP	x	x	-
BA	x	-	-
CE	-	-	-
DF	-	-	-
ES	x	-	x
GO	x	-	-
MA	-	-	-
MG	x	-	x
MS	-	x	-
MT	x	x	x
PA	x	-	x
PB	-	-	-
PE	-	-	-
PI	-	-	-
PR	-	x	x
RJ	-	-	-
RN	-	-	-
RO	x	x	-
RR	x	-	-
RS	x	x	x
SC	x	x	-
SE	-	-	-
SP	x	x	-
TO	x	-	-
TOTAL 27	15	11	08

Legenda:

(x) Informação nos documentos
(-) não há registro

C - Qualificação Docente

UF	Habilitação professores leigos	Atualização docentes especialistas	Especilização docentes técnicos	Reformulação magistério 2º e 3º graus	Publicações pesquisas mat. didático	Cursos seminários	Assessoria pedagógica municípios	Ampliação do quadro do magistério
AC	x	x	x	x	x	x	x	x
AL	x	x	x	x	-	-	x	-
AM	-	x	-	-	x	x	-	-
AP	-	x	-	x	-	x	-	-
BA	x	x	x	x	x	x	-	x
CE	-	x	-	x	-	x	x	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	x	x	x	x	-	x	-	x
GO	-	x	-	x	x	x	-	-
MA	x	x	-	-	-	x	-	-
MG	x	x	x	x	x	x	-	-
MS	-	-	-	-	-	-	x	-
MT	x	x	-	x	-	x	x	-
PA	x	x	x	-	-	x	x	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	x	-	x	-	x	-	-
PR	-	x	x	x	-	x	-	-
RJ	-	x	-	-	-	x	-	-
RN	-	x	-	x	-	x	-	-
RO	-	x	-	x	x	x	x	-
RR	x	x	-	x	-	x	-	x
RS	x	x	x	x	-	x	x	x
SC	x	x	-	x	x	x	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	x	x	-
TO	x	x	-	-	-	-	-	-
TOTAL 27	12	21	08	16	07	20	10	05

Legenda: (x) informação nos documentos (-) não há registro

D - Infra-Estrutura Escolar

UF	Ampliação, reforma e construção de prédios	Aquisição de material didático e de consumo	Aquisição de equipamentos	Acervo bibliográfico	Merenda
AC	x	x	x	x	x
AL	x	x	x	x	x
AM	x	x	x	-	-
AP	x	x	x	x	x
BA	x	x	x	x	-
CE	x	x	x	-	-
DF	-	-	-	-	-
ES	x	x	x	x	x
GO	x	x	x	x	x
MA	x	x	x	-	x
MG	x	x	x	x	x
MS	-	x	x	x	-
MT	x	x	x	x	x
PA	x	x	x	x	x
PB	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-
PI	-	x	-	-	x
PR	-	x	-	x	x
RJ	-	x	-	x	x
RN	-	-	-	-	-
RO	x	x	-	-	x
RR	x	x	x	x	x
RS	x	x	x	x	x
SC	x	x	x	x	x
SE	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-
TO	x	x	x	x	-
TOTAL 27	17	21	17	16	16

Legenda: (x) Informação nos documentos
 (-) não há registro

E - Organização do Ensino e Gestão do Sistema

UF	Chamada escolar	Reorganização escolar	Mobilização da população	Extinção classes multisseriadas	Compra de vagas escola privada	Saúde	Transporte
AC	-	x	x	x	-	x	x
AL	-	x	x	-	-	-	-
AM	-	-	x	-	-	-	-
AP	-	x	x	x	-	x	-
BA	-	x	x	-	-	-	-
CE	x	-	x	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-	-
ES	x	x	-	-	x	x	-
GG	x	x	x	-	-	-	x
MA	-	-	x	-	-	-	-
MG	-	x	x	x	-	x	x
MS	x	-	x	-	-	-	-
MT	-	x	-	-	-	x	x
PA	-	-	x	-	-	x	x
PB	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-
PR	x	-	x	-	-	-	x
RJ	-	-	-	-	-	-	-
RN	-	x	x	-	-	-	-
RO	-	x	-	-	-	x	x
RR	-	-	-	-	-	-	-
RS	x	x	x	x	-	x	x
SC	-	x	x	-	-	-	x
SE	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	x	-	-	-	-
TO	-	-	-	x	-	-	-
TOTAL	27	06	12	16	05	08	09

Legenda: (x) informação nos documentos
(-) não há registro

Reorganização Escolar = calendário, horários (extinção turno intermediário/ampliação dos turnos), currículo, metodologia